

Associação Brasileira de História Oral,
20 anos depois: O que somos?
O que queremos ser?*

Angela de Castro Gomes**

Estamos persuadidos de que a história oral não está mais nas suas primícias. Chegou já à primavera e é cada vez mais reconhecida e compreendida nos círculos acadêmicos mais tradicionais. Os que contestam a fonte oral travam combates ultrapassados. Em contrapartida, como em todo fenômeno que atinge a maturidade, o risco de perda de vitalidade, de banalização, é real. Seu segundo desafio é o de permanecer fiel à sua inspiração inicial.

(Philippe Joutard, 1998)

Esse pequeno fragmento que serve de epígrafe às reflexões que se seguem faz parte da conferência proferida por Philippe Joutard no X Congresso Internacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro em 1998. Sua comunicação foi reunida com várias outras no livro *História oral: desafios para o século XXI*, publicado em 2000.¹ Tanto o congresso (o primeiro orga-

* Este artigo foi escrito para o XII Encontro Nacional de História Oral, realizado em Teresina (PI) entre 6 e 9 de maio de 2014. Agradeço a Fernanda Mendes, aluna da graduação em História da Unirio, que trabalhou com dedicação e eficiência como auxiliar de pesquisa no levantamento dos dados e na feitura dos gráficos.

** Professora titular aposentada de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora visitante sênior da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

1 O livro, publicado pela Editora FGV (Rio de Janeiro), foi organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tânia Maria Fernandes e Verena Alberti.

nizado pela Associação Internacional de História Oral na América Latina) quanto o livro tornaram-se referências para pensar os rumos da metodologia da história oral no Brasil. Além disso, observou-se a qualidade das comunicações apresentadas naquela oportunidade, que foram apenas em parte materializadas no livro.

No momento em que a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) faz 20 anos, esse fragmento está sendo recuperado como mote para pensar. Em 1998, o autor saudava os avanços conseguidos pela metodologia, que havia vencido fortes e arraigadas resistências no campo das ciências humanas e sociais, não sem muita persistência e luta. Segundo o diagnóstico do autor, as fontes orais naquele momento já haviam alcançado um grau de reconhecimento e compartilhamento tão amplo, que tentar questionar sua legitimidade e usos era como travar “combates ultrapassados”. Considerando essa parte do fragmento, pode-se ponderar que Joutard, não sendo brasileiro, talvez não avaliasse o ritmo particular de cada comunidade acadêmica na acolhida de algumas mudanças – como a adoção de novas metodologias –, especialmente quando desacomodam questões canônicas, como é o caso do valor da fonte escrita como documento – ao menos na área da história. Muito provavelmente, o que ele identifica devia de fato ocorrer em diversas comunidades científicas da Europa. Mas no Brasil, em 1998, muitos dos praticantes da história oral ainda encontravam grande desconfiança (ou algo mais) quando apresentavam projetos ou resultados de pesquisas que privilegiavam fontes orais, ou quando adotavam a história oral como um método necessário e mesmo incontornável para a construção e análise do objeto a ser pesquisado. Entre 1998 e 2014, muita água rolou debaixo dessa ponte, e talvez agora esse combate esteja realmente ultrapassado. Contudo, é sempre bom ser cuidadoso e manter o “talvez”, que nos coloca em alerta e nos poupa de surpresas desagradáveis.

De toda a forma, é possível dizer que, no Brasil do século XXI, a metodologia de história oral alcançou sua maturidade. Pensando assim, não há dúvida de que um dos instrumentos mais importantes e exitosos na luta pela afirmação da metodologia foi a formação de uma Associação Brasileira de História Oral, em 1994. A mobilização e organização de seus praticantes por meio dessa associação foi decisiva para o fortalecimento dos argumentos que defendiam sua especificidade e valor e, no mesmo movimento, conformavam práticas de pesquisa que demarcavam o que seria conhecido como metodologia de história oral no Brasil. Tratando-se de uma fonte que

é construída *intencionalmente* durante o processo de pesquisa, e que é construída de forma *dialógica* – porque envolve o próprio sujeito pesquisado além do pesquisador –, foi preciso tempo e debate para chegar a acordos sólidos. Evidentemente, nunca se chegou – até porque nunca se desejou chegar – a um consenso absoluto. Na verdade, essa é uma possibilidade remota no que se refere a escolhas teórico-metodológicas. Entretanto, a construção e o compartilhamento de um conjunto de procedimentos metodológicos capaz de definir com clareza uma prática de produção e análise de fontes de pesquisa foram encarados como incontornáveis para legitimar a história oral no Brasil. Esse trabalho demandou diversos debates e um alto grau de concordância em questões fundamentais para que um resultado consistente fosse produzido. Caso contrário, como estava claro para os envolvidos no processo, um reconhecimento mais amplo por parte da comunidade acadêmica seria muito mais difícil. O desafio, portanto, era estabelecer pontos fundamentais em comum e consagrá-los na teoria e na prática de pesquisa, para que a metodologia fosse reconhecida amplamente e utilizada com segurança por seus praticantes.

A ABHO nasceu e cresceu no enfrentamento desse desafio. Assim, ao ler o comentário de Joutard dirigido à metodologia, julguei que seria interessante utilizá-lo como estímulo para pensar nossa associação neste momento de comemoração. Com 20 anos, ela viveria sua primavera e teria alcançado sua maturidade? A própria pergunta nos impulsiona a refletir sobre o que somos hoje e o que queremos ser no futuro. Se a ABHO foi criada para ser um fórum de praticantes de uma metodologia muito questionada e até mesmo negada na área das ciências sociais, que precisava lutar por seu reconhecimento e expansão, 20 anos depois ela precisa ter novos objetivos. E, para começar, seria interessante diagnosticar suas forças e fraquezas, saber do que essa associação é feita e traçar planos para seguir em frente com vitalidade. É o que queremos, e é outro enorme desafio – digno do primeiro, que, bem ou mal, foi ultrapassado com sucesso.

Estimulada por esse desafio, decidi realizar um balanço para entender melhor como temos existido ao longo destas duas décadas. É claro que isso já foi feito outras vezes, por outros colegas; mesmo assim, os 20 anos de ABHO impõem a repetição do exercício. Por isso, revisitei mapeamentos anteriores, e um deles, especialmente, teve grande importância para o que me proponho a fazer. Refiro-me ao artigo *História oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998/2008)*, de autoria de André de Faria Pereira

Neto, Bárbara Araújo Machado e Antonio Torres Montenegro, publicado na revista *História Oral* em 2007. Por trabalhar basicamente com as mesmas fontes que eu iria mobilizar, esse texto forçou-me a criar outros arranjos para os dados levantados; além disso, estou tratando também da produção posterior a 2008. O artigo mencionado desejou apresentar uma análise preliminar da produção acadêmica brasileira que usava a história oral entre 1998 e 2008, tendo como fontes os artigos da revista *História Oral* e os cadernos de resumos das comunicações apresentadas nos encontros nacionais da ABHO.

Como meu objetivo é procurar ver o que é a ABHO em seus 20 anos, também teria que privilegiar os artigos da revista, uma fonte rica e estratégica para conhecer a associação. Porém, busquei igualmente saber como suas diretorias nacionais foram compostas, e o que se podia “ver” da ABHO examinando os temas e a localização de seus encontros, em especial os regionais. Por isso, num primeiro momento, fiz um levantamento de dados, orientada por questões que se relacionavam à composição e distribuição dessas diretorias, considerando algumas variáveis. Em seguida, organizei os resultados em gráficos para favorecer a visualização. O móvel de toda a pesquisa é entender melhor *como* é a ABHO em 2014 e, não menos importante, de que forma ela poderia planejar seu futuro, fugindo do risco de perder sua vitalidade.

Diretorias e encontros

Para começar, foi interessante examinar a composição das diretorias nacionais, considerando os estados e as instituições que delas mais participaram. O levantamento contemplou separadamente, pela importância dos cargos, a presidência e a vice-presidência – pois é o vice-presidente que ocupa a editoria da revista *História Oral*. Em seguida, tomou todos os cargos da diretoria nacional, organizando-os por estado, por instituição, e também – o que se mostrou de grande importância – pela área de inserção disciplinar dos integrantes.

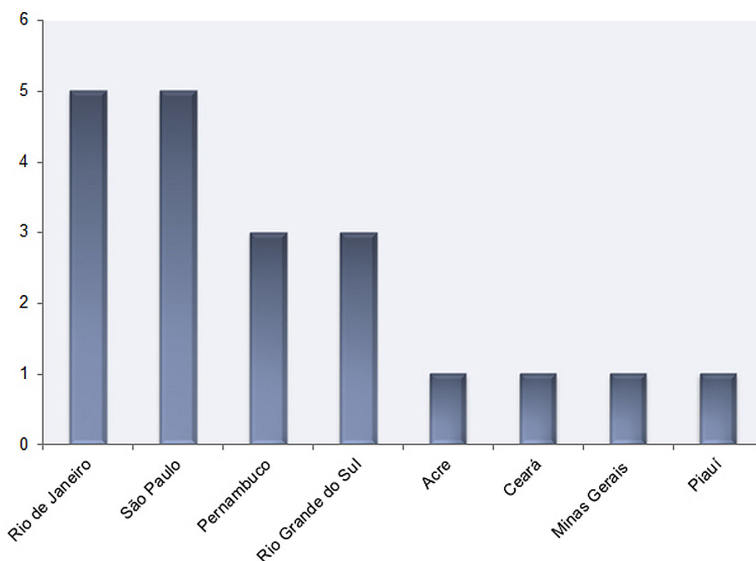
Contudo, antes de observar esses dados, é preciso ponderar que neles está refletida uma passagem de tempo de 20 anos. Como é óbvio, em 1994 o número de instituições universitárias, sobretudo com programas de pós-graduação, era muito menor do que é em 2014, além de ser muito mais

concentrado no sudeste e no sul do país. Estou, portanto, considerando que essas são variáveis relevantes para entender o estabelecimento da história oral como metodologia no território nacional – mesmo sabendo que, nos anos 1990, vários centros de pesquisa e universidades sem cursos de pós-graduação tinham núcleos que usavam tal metodologia. Essa situação mudou radicalmente nesses 20 anos, com um aumento incrível de programas de pós-graduação nas áreas das ciências humanas e sociais, que impactou o perfil do ensino superior e precisou ser considerado pela ABHO.

Justamente por diagnosticarem esse processo de transformação, as próprias diretorias nacionais – tendo em vista expandir o número de praticantes da metodologia – buscaram incorporar integrantes de vários estados e regiões do país, iniciativa a que se aliou a realização de encontros nacionais fora do eixo Sudeste/Sul. Ou seja, registro neste balanço a existência de uma clara diretriz política da ABHO, construída desde o início de seu funcionamento, no sentido de descentralizar os locais dos encontros nacionais e de incorporar em sua diretoria, de forma estratégica, pesquisadores de diversas formações e de variados estados e regiões do Brasil – tudo isso tendo em vista o desejo de que a metodologia fosse conhecida e pudesse se desenvolver e espalhar da melhor forma possível.

Assim, os resultados encontrados neste levantamento foram produzidos no marco de uma tensão. De um lado, havia efetivamente mais núcleos de praticantes no Sul e no Sudeste, o que teria que se manifestar na composição das diretorias nacionais, sobretudo nos anos 1990; de outro, havia uma clara proposta da ABHO que procurava minimizar essa concentração, atraindo para seu centro – a diretoria nacional – pesquisadores que teriam o papel de estimular e propagar o uso da metodologia em locais onde ela fosse pouco conhecida e utilizada.

Gráfico 1 – Estados que participaram da presidência e vice-presidência da ABHO



O gráfico acima mostra a distribuição dos presidentes e vice-presidentes das diretorias nacionais por estados da federação. Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo tiveram cinco (5) representantes cada um; os estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, três (3) cada um. Os demais estados, com um representante cada, foram Acre, Ceará, Minas Gerais e Piauí. No Rio de Janeiro, as instituições que responderam por esses cargos foram o CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas), a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a UFF (Universidade Federal Fluminense), havendo casos de dupla filiação. Já em São Paulo o destaque é a USP (Universidade de São Paulo), que, em números absolutos, foi a instituição que mais ocupou essas posições (5 pesquisadores), tendo a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) apenas uma presença. No Rio Grande do Sul a participação foi dividida entre a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e a Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), mas em Pernambuco, a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) respondeu pelos três representantes. No Acre, Ceará e Piauí eles vieram das universidades federais – respectivamente, UFAC (Universidade Federal do Acre), UFC (Universidade Federal do Ceará) e

UFPI (Universidade Federal do Piauí) –, mas em Minas Gerais saíram da PUC Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

A seguir, apresento dois gráficos que demonstram a distribuição de todos os integrantes das diretorias nacionais por estados e instituições, o que amplia muitíssimo o número absoluto de envolvidos. Mesmo assim, observamos que, no que se refere aos estados da federação, Rio de Janeiro e São Paulo continuam mantendo franca liderança, acompanhados por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que os dois últimos quase se equivalem. Vale notar, contudo, atestando o objetivo de integrar pesquisadores de várias partes do país, que é numerosa a presença de membros da diretoria vindos de diferentes estados de todas as regiões. O gráfico que registra as instituições corrobora essa conclusão, bem como a força das instituições paulistas e fluminenses. Mais uma vez, a USP é a mais presente isoladamente, sendo também importante a PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Já o Rio de Janeiro participa com uma espécie de grupo formado pela UFRJ, UFF, CPDOC/FGV e Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), todas bem representadas, embora, como mencionei, haja muitos casos de dupla filiação. Em Minas, a PUC Minas e a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) estão praticamente equiparadas.

Gráficos 2 – Estados que participaram da diretoria da ABHO

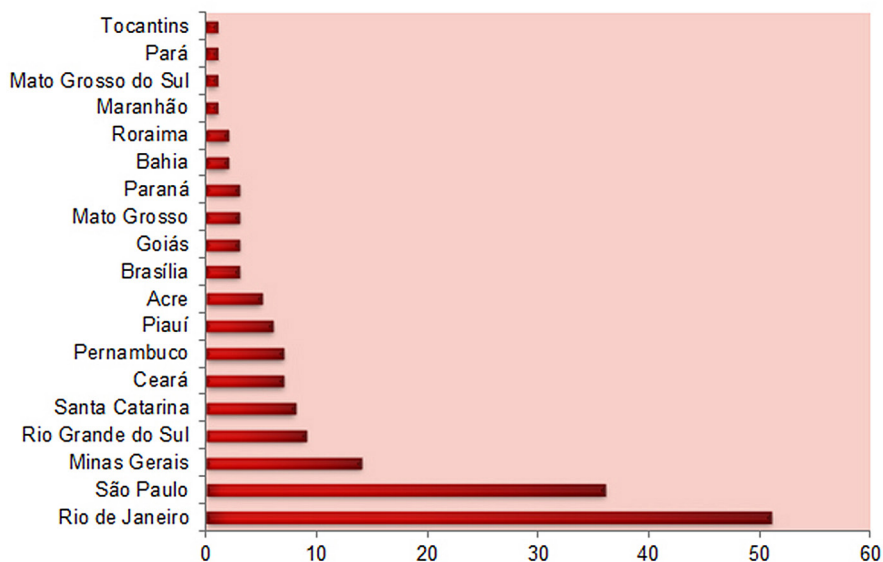
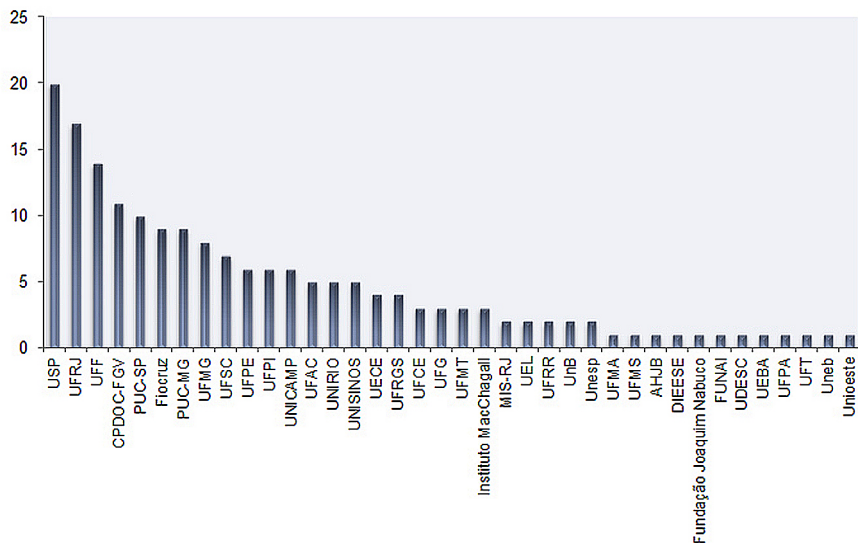


Gráfico 3 – Instituições que participaram da diretoria da ABHO



De toda forma, a presença maciça nas diretorias nacionais é de professores de universidades federais, algumas – não por acaso – com núcleos de pesquisa formados em torno do uso de fontes orais e visuais, antes mesmo da criação da ABHO, ainda nos anos 1980. Esse é um ponto que vale ponderar, sobretudo porque nesses 20 anos cresceu muito o número de universidades estaduais, além do número de *campi* de universidades federais fora da capital dos estados. Esse duplo movimento tem sido, em grande parte, responsável pela expansão do ensino superior e de pós-graduação no interior dos estados. Ou seja, vale pensar que se a ABHO deseja manter sua diretriz de formar praticantes em vários estados e regiões do Brasil, espalhando o uso da metodologia, é o caso de dar atenção particular às universidades estaduais e aos diversos *campi* de universidades federais em várias cidades dos estados brasileiros, até porque nessas unidades, pesquisas que se voltam para questões regionais/locais são estimuladas pela facilidade de acesso a fontes documentais e também a depoentes. Em tempos de valorização de “jogos de escala”, com tantos e tão bons exemplos de microanálise, esse dado não pode, nem deve, ser minimizado ou visto com qualquer tipo de despreço, como ocorria em passado nem tão distante.

Para encerrar o exame das diretorias nacionais, procurei construir um gráfico que mostrasse a origem disciplinar de seus membros. Afinal, todos

os que participam da ABHO já ouviram que essa é uma associação interdisciplinar, uma vez que o que nos une são os procedimentos metodológicos, e não os temas e questões de pesquisa. Além disso, o que é óbvio, os historiadores que usam a metodologia são os que trabalham com a chamada história do tempo presente, um tempo que “não passou completamente”, até porque muitos dos seus atores estão ainda vivos. São desses atores os testemunhos que os historiadores buscam nas suas entrevistas de história oral.

Gráfico 4 – Áreas disciplinares dos participantes da diretoria da ABHO

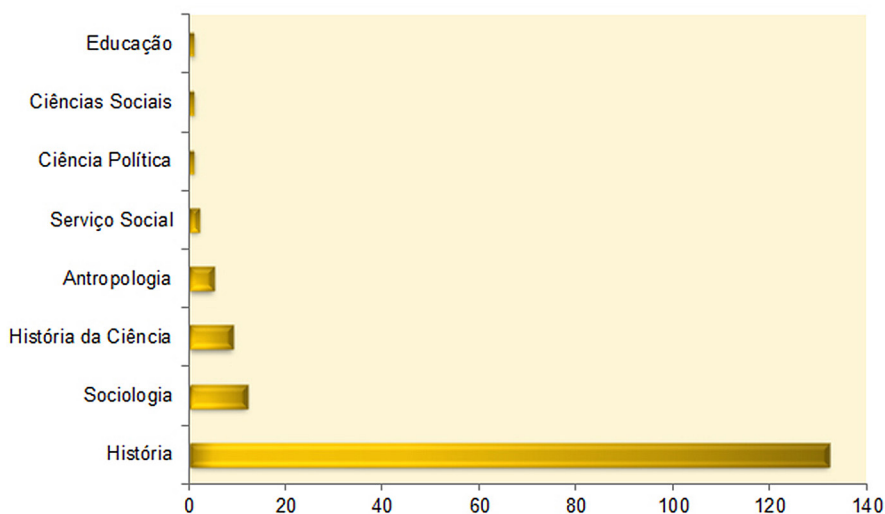
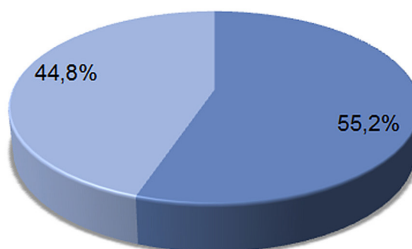


Gráfico 5 – Incidência de repetição de nomes na diretoria da ABHO



Total: 100% Índice de repetição: 55,2%

O que o gráfico 4 evidencia é que a ABHO é e talvez sempre tenha sido uma associação de historiadores, com participação numericamente pequena de pesquisadores das áreas da sociologia, antropologia e história da ciência, discretíssima presença do serviço social e, menor ainda, da educação. Considerando que sabemos que o uso de entrevistas (não diria da história oral) é muito comum em pesquisas de serviço social, educação e também literatura e direito, vale pensar nas razões dessas significativas ausências, ao menos no caso das diretorias nacionais. Não estou querendo de forma alguma considerar que é um mal para a ABHO ser uma associação de historiadores, apenas que é bom que ela tenha consciência disso para traçar diretrizes de ação e pensar, com essa perspectiva, em algumas das questões que a mobilizam. Outro dado interessante para ser considerado, ao lado do anterior, é o alto índice de repetição de nomes nos cargos dessas diretorias nacionais, já que ultrapassam 50% do universo. Esse percentual aponta para um baixo nível de renovação, e as causas disso precisam ser pensadas com cuidado e vagar – o que à primeira vista pode parecer mera manutenção de posições por parte de um grupo (hipótese que não se deve excluir) pode indicar também uma grande dificuldade de recrutamento para ocupar cargos com apoio institucional, como é o caso em exame.

Enfim, tais resultados instigam novas reflexões. Uma delas é a possibilidade de que a ABHO seja muito atraente para professores e pesquisadores de várias áreas do conhecimento no que diz respeito à participação em seus encontros nacionais e regionais, mas que seu poder de sedução fique por aí. Ou seja, pode ser que os participantes de encontros busquem o “salão intelectual” como um espaço onde se dão a ver e são vistos, caminho certo para o reconhecimento e, sendo irônica, para o preenchimento do currículo Lattes. Mas esses participantes, de fato, não entram na “rede” dos praticantes de história oral: não se interessam em se associar, ou em integrar suas diretorias, ou em publicar em sua revista etc. Concluindo, orbitam a ABHO, mas dela não participam efetivamente.

Como se sabe, a ABHO organiza-se por meio de diretorias regionais, o que é congruente com o tamanho e a diversidade do país, bem como com seu desejo de não se tornar uma associação restrita a alguma região. Ao longo desses 20 anos, sempre houve diretorias regionais. É interessante acompanhar a composição de cada uma, considerando as duas variáveis examinadas: estados e instituições. Os dados aqui utilizados foram coletados do site da ABHO, onde estão publicados os nomes de todos os integrantes de todas as diretorias

no país. Contudo, nem sempre foi possível mapear todos os encontros regionais realizados, e pode ser que reuniões não registradas tenham ocorrido, de maneira que, uma vez que haja razões para inferir que aconteceram, só se pode datá-las aproximadamente.

No caso da Regional Norte, todos os estados (Acre, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), com exceção do Amazonas, participaram da diretoria. O Acre (4) e o Pará (3) se destacam amplamente por meio de suas universidades federais. A total ausência do Amazonas dá o que pensar. O estado de Tocantins abriga núcleos de pesquisa que vêm trabalhando com a metodologia e participando sistematicamente dos encontros da região. Como sabemos que a existência de um grupo de interessados na metodologia – mesmo que pequeno e geralmente organizado em laboratórios ou núcleos – é comumente a base para uma aproximação da ABHO, cabe pensar se há grupos organizados ou não no Amazonas. Se não existem, ou se existem e ainda não participam, por quê? Talvez os colegas do Norte possam nos ajudar a entender melhor esse fato.

Na Regional Norte foram computados seis (6) encontros entre 2003 e 2013. Mas como em 2003 tratava-se do III Encontro, a suposição é de que houve duas reuniões anteriores, provavelmente bem no final dos anos 1990. É possível supor também que tais encontros tenham clara relação com os esforços da ABHO de chegar a todas as regiões do país. Os seis encontros que estão no site realizaram-se em cinco estados diferentes, havendo repetição apenas do Acre, que abrigou um encontro nacional em 2006. Ou seja, fica evidente o cuidado na escolha das sedes dos encontros regionais, de forma que a ABHO visitasse estados e instituições distintas na região, certamente com o objetivo de, com seus debates, esclarecer e estimular o conhecimento da metodologia de maneira ampla. As temáticas desses encontros apontam, ao longo desse tempo, para um perfil de questões particularmente caras à própria região, contemplando o meio ambiente e as diversidades culturais da região Amazônica, por exemplo.

As diretorias da Regional Nordeste são um bom exemplo do alcance que a ABHO conseguiu ter, considerando o número de estados que compõem a região. Foram computados oito (8) encontros de 2001 a 2013, e há apenas um encontro não registrado, provavelmente em 1999. O total de encontros realizado no Nordeste, portanto, seria nove, o que é um número alto. Os oito encontros registrados se distribuíram em cinco (5) estados, tendo a Bahia, Paraíba e Piauí recebido duas reuniões cada um. Pernambuco não

recebeu nenhum encontro regional, mas abrigou dois encontros nacionais: em 1997 e em 2010. O Piauí está abrigando o encontro de 2014, tão especial. Ou seja, parece que há uma distribuição de encontros, no geral equilibrada; cabe pensar a disponibilidade de outros estados para receberem encontros nacionais. Vale observar, no que se refere a abrigar encontros da ABHO, a ausência completa dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, que têm ativos departamentos e cursos de pós-graduação de história. Ambos os estados, inclusive, já sediaram Encontros Nacionais da Anpuh (Associação Nacional de História), o que exige muita capacidade de organização. Portanto, fiquei pensando se esse fato poderia produzir algum desgaste nas universidades, aliando-se a um certo desinteresse pela participação na ABHO. Não tenho como refletir melhor sobre esse ponto, mas considerarei interessante levá-lo aqui e agora. Alagoas também nunca sediou qualquer encontro e não tenho ideia se há grupos de professores desse estado que participem de encontros regionais e nacionais da ABHO. Vale saber, nesse caso, se há algum laboratório ou núcleo de pesquisa voltado para a metodologia, e, se for o caso, mobilizá-lo mais. Quanto às temáticas dos encontros, é interessante perceber uma maior presença de debates ligados às questões do patrimônio e das narrativas orais – sem dúvida, algo que diz muito sobre os frutíferos usos da metodologia na região.

Na região Centro-Oeste foram computados seis (6) encontros regionais entre 2001 e 2013, sendo que o de 2001 é nomeado como o quarto encontro. Logo, é possível que os encontros regionais tenham começado ainda em finais dos anos 1990, logo após a criação da ABHO. Se isso de fato aconteceu, o total de encontros seria de nove (9), mas não se pode ter certeza. A distribuição é de dois (2) encontros no Distrito Federal, dois (2) no Mato Grosso e um (1) no Mato Grosso do Sul. O estado de Goiás sediou um (1) encontro regional e um encontro nacional, este último em 2005. Nada se observou de mais específico quanto às temáticas desses encontros.

A região Sudeste realizou sete (7) encontros regionais entre 2001 e 2013, sendo o ocorrido em 2001 o quarto encontro, tal como ocorreu no Centro-Oeste. Nesse caso, o total seria de dez (10) encontros regionais promovidos, também um número alto. Tais reuniões foram distribuídas entre os estados de Minas Gerais (3), São Paulo (2) e Rio de Janeiro (2). O destaque é a ausência do estado do Espírito Santo, mesmo que se considere que seus pesquisadores participem dos encontros do Sudeste. Essa região é a que recebeu maior número de encontros nacionais – ao todo seis (6) dos 12 realizados –,

distribuídos entre São Paulo, com três (3); Rio de Janeiro, com dois (2) e Minas Gerais, com um (1). Algo para pensar é se essa concentração de encontros na região – ao todo 16 – produziu algum efeito no que diz respeito, por exemplo, a um possível esvaziamento dos encontros regionais. Qualquer encontro exige financiamento, deslocamento etc., ou seja, esforços e recursos que devem ser despendidos por seus organizadores e participantes; seria interessante que a regional Sudeste pudesse verificar se declinou o número de participantes de seus encontros regionais – sobretudo aqueles que se realizaram mais recentemente –, e considerar se tal fato pode estar relacionado ao grande número de encontros realizados na região, além de outros fatores mais específicos, como o próprio local do encontro regional.

As diretorias da regional Sul promoveram seis (6) encontros entre 2001 e 2013, sendo o de 2001 o segundo. Logo, a região teria realizado sete (7) encontros. Desses, o Rio Grande do Sul recebeu três (3); o Paraná, dois (2) e Santa Catarina, um (1). Embora esse número absoluto seja menor do que o encontrado em outras regiões, ele demonstra um dos resultados mais eficazes do investimento da ABHO em disseminar núcleos de praticantes da metodologia no país – afirmo isso porque quando a ABHO se formou, a região Sul tinha poucos representantes. Houve, portanto, um grande crescimento, sobretudo se for considerado que o Rio Grande do Sul também recebeu um encontro nacional em 2008, realizado na Unisinos. No que diz respeito às temáticas desses encontros, cabe ressaltar a presença do debate em torno da integração latino-americana, cara à dinâmica política da região Sul. Essas brevíssimas observações quanto às temáticas dos encontros regionais visam apenas divisar se existem temas mais específicos de uma região que de outra e se eles vêm se impondo, por exemplo, na revista da ABHO.

No geral, os encontros regionais acompanham as temáticas dos nacionais, sempre amplas e abarcando discussões em torno das relações entre história oral, memória e história; memória e narrativa; tempo e narrativa; história e tradição oral; diversidade cultural e história oral; história oral e ética; história oral, democracia e justiça, entre outros. No que diz respeito a um cruzamento entre os temas dos encontros – em especial os nacionais – e os temas dos dossiês da revista *História Oral*, é interessante observar que são poucas as coincidências. Apenas em três oportunidades o tema do encontro nacional se transformou em dossiê da revista, o que deve ser alvo de reflexão. Não que isso seja algo bom ou mau em si mesmo. Porém, vale pensar se (e de que forma) os encontros, quer por meio de suas temáticas, quer por via dos

trabalhos neles apresentados, alimentam a revista da ABHO e respondem por suas dificuldades ou facilidades de captação de artigos. Os três (3) casos encontrados foram os do encontro nacionais de São Paulo, em 2002, cujo tema, *Tempo e narrativa*, foi dossiê da revista em 2003; o do encontro de 2004, ocorrido em Goiás, com o título de *Tradição oral e história*, que estruturou um dos números de 2005 da revista; e, finalmente, o do encontro ocorrido no Rio de Janeiro em 2012, cujo tema, *Memória, democracia e justiça*, esteve presente na revista no mesmo ano.

Partindo de tais observações, passo a examinar a própria revista *História Oral*, buscando conhecê-la melhor e refletir mais sobre o que somos e o que queremos ser nos próximos anos e décadas.

A ABHO e a revista *História Oral*

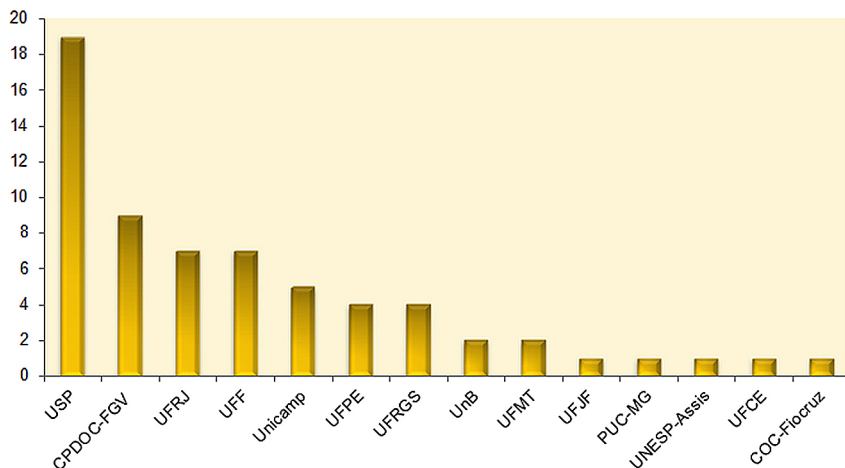
Sem dúvida, a revista da associação é uma das fontes mais importantes para refletir sobre a trajetória da ABHO, pelo fato de permitir (uma vez que está disponível on-line) a consulta e a combinação de muitos e variados dados com facilidade. A revista começou a ser publicada em 1998; portanto, pouco tempo após a fundação da ABHO. Com absoluta certeza, a rapidez com que se organizou o periódico e a boa qualidade que apresentou foram decisivas para a visibilidade da associação no país e no exterior. Além disso, a revista foi e continua sendo uma das principais ferramentas da ABHO na conformação e disseminação dos procedimentos próprios à metodologia, dos principais debates que movimentaram seus praticantes no Brasil e dos resultados de importantes pesquisas que se valeram da história oral.

O volume de 1998, o de seu lançamento, foi um volume-piloto, sendo a publicação efetivamente organizada como periódico – com conselho editorial e consultivo – a partir do volume de 1999, cujo dossiê versava sobre violência e política. Entre 1998 e 2004, a ABHO lançou apenas um número da revista por ano, embora seu projeto, desde o início, fosse o de ter um periódico semestral. De 2005 em diante, esse propósito foi alcançado, apenas com uma breve interrupção, ocorrida nos anos de 2008 e 2009, quando somente um número (e com atraso) foi lançado pela ABHO. Por tais razões, entre

1998 e 2013,² um total de 23 revistas foi lançado, com as mesmas características de capa e organização interna. Uma mudança importante ocorreu quando a revista abandonou o papel como suporte para circular por meio eletrônico, por razões compartilhadas por praticamente todos os periódicos nacionais e internacionais.

Mas o que se pode saber da ABHO consultando sua revista? Considerei que devia continuar trabalhando com as variáveis *instituições* e *estados*, desta feita para analisar a composição da direção da revista e refletir sobre a distribuição da participação nesse aspecto. Como o editor da revista é o vice-presidente da ABHO, tomei toda a diretoria da revista para um registro quantitativo. Comecei pelas instituições, e o resultado é o que se vê no gráfico:

Gráfico 6 – Instituições que participaram da direção da revista



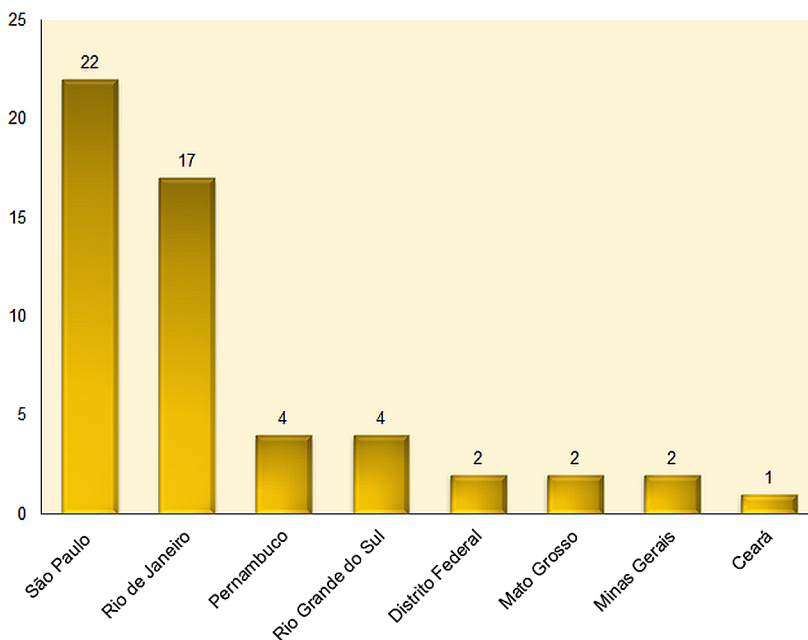
*Dados incluem: Editores, Comitês Editoriais, Editores Adjuntos e Comissão Organizadora

A evidente presença da USP, durante todo esse tempo, continua sendo o destaque. São 19 pessoas que, se somadas aos cinco (5) integrantes da Unicamp, mostram a dominância do estado de São Paulo no periódico. A isso se segue a participação de três (3) instituições do Rio de Janeiro, que pode estar superestimada por duplas filiações, como já se observou. Mesmo assim,

2 Como escrevo em maio de 2014, os números relativos a este ano não podem ser considerados, pois ainda não foram lançados.

pode-se dizer que ocorre uma razoável distribuição de funções na diretoria da revista por instituições, o que é bom para a associação e foi por ela estimulado. No fundamental, isso se confirma quando os dados são organizados por estado e São Paulo e Rio de Janeiro voltam a aparecer amplamente.

Gráfico 7 – Estados que participaram da direção da revista



*Dados incluem: Editores, Comitês Editoriais, Editores Adjuntos e Comissão Organizadora

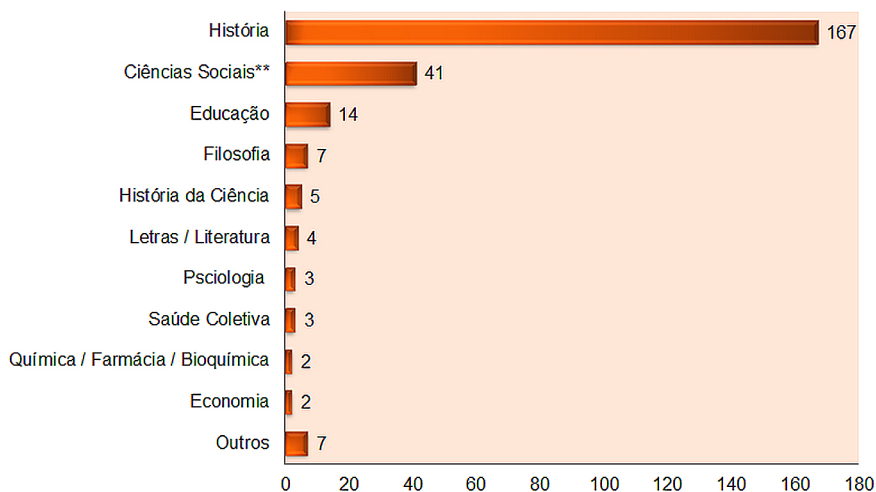
Se uma parte dessa concentração pode ser entendida pela presença de núcleos de praticantes da metodologia nesses dois estados na primeira década de existência da revista, vale pesquisar se tal fato foi alterado e se, nesse caso, foi acompanhado de mudanças entre os responsáveis pelo periódico. De toda forma, os dados levantados mostram a presença de outras instituições e estados fora do eixo São Paulo-Rio de Janeiro – havendo a possibilidade de eles estarem refletindo momentos mais recentes. Contudo, é bom averiguar com mais elementos de que maneira essa diversificação que aparece na revista tem sido construída, e verificar se é possível melhorá-la ainda mais. O problema, já detectado e debatido, é que muitas vezes a concentração dessas atribuições

em alguns estados e instituições resulta menos de um desejo de controlar posições do que da dificuldade de encontrar pesquisadores e instituições que possam conduzir com segurança os rumos do periódico, já que isso demanda apoio institucional, extrapolando vontades individuais e de grupo. Isso também vale, efetivamente, para a distribuição de cargos da direção da associação, como foi referido anteriormente.

A questão que me moveu a seguir foi a de saber de que áreas do conhecimento vinham os artigos da revista *História Oral*. Seria muito mais difícil, e provavelmente menos útil, empregar essa variável numa aproximação das comunicações dos encontros nacionais e regionais. Tais trabalhos são extremamente numerosos, diversificados e também voláteis; além disso, é difícil o acesso a eles. Como verificamos, muitos dos participantes (talvez a ampla maioria) não mantêm vínculos com a ABHO fora dos encontros. Já quem tem seu artigo publicado na revista demonstra não só um nível de reflexão mais apurado, como, em princípio, algum relacionamento com a ABHO – pode-se admitir a hipótese de ser um associado ou até mesmo um associado que participou mais de perto da ABHO em algum momento. Investigar que filiação disciplinar têm os textos publicados pela revista remete, de outra perspectiva, à questão da interdisciplinaridade da associação. Quer dizer, é costume afirmar-se que a metodologia teria como uma de suas riquezas a possibilidade de efetivamente reunir reflexões de pesquisadores oriundos de vários campos disciplinares.

Nesse sentido, considerando-se a real utilidade dos encontros em promoverem essa ultrapassagem de fronteiras e, assim, produzirem uma troca bastante frutífera de experiências, seria razoável imaginar que a revista também evidenciaria certa diversidade de origens disciplinares entre os autores de seus artigos – mesmo que as diretorias da ABHO fossem, como se verificou, maciçamente compostas por historiadores. A concentração de cargos de diretoria na área da história de forma alguma precisaria ter como desdobramento necessário outro tipo de concentração disciplinar, no caso, a de artigos no periódico. Contudo, o resultado encontrado pelo levantamento realizado na totalidade dos autores de artigos publicados não diminuiu a concentração já encontrada na área da história, muito ao contrário, como se pode visualizar.

Gráfico 8 – Áreas disciplinares em que os autores publicados atuam



*Foram considerados para esta análise dossiês e artigos publicados. Entrevistas, resenhas e artigos especiais não estão contemplados.

**Ciências Sociais incluem as seguintes áreas: Antropologia, Ciências Sociais, Ciência Política e Sociologia.

Como claramente se vê, considerando-se o conjunto dos autores de artigos publicados na revista, a ABHO mostra-se como uma associação de historiadores, com boa participação de cientistas sociais e presença muito discreta de profissionais da área da educação. Ou seja, nesses 20 anos, a associação não atraiu profissionais de outras áreas disciplinares para publicar em sua revista, nem mesmo, de forma mais significativa, sociólogos e antropólogos. Evidentemente, insistindo mais uma vez, isso não significa que profissionais de outras formações disciplinares não participem dos encontros nacionais e regionais realizados em diversos locais do Brasil nestas duas últimas décadas. Eles podem estar participando, e até de forma razoável, o que coloca uma questão a ser investigada com mais tempo e dados; porém, se isso ocorre, eles não estão publicando na revista, não estão participando das diretorias nacionais e regionais e talvez nem mesmo se associando à ABHO.

Uma possibilidade interessante para conferir a formação disciplinar dos integrantes da ABHO é, portanto, coletar os dados de seus filiados. Isso dá trabalho, mas é factível, na medida em que é necessário preencher uma ficha para se associar. Não pude trabalhar com esse material no momento, mas

isso pode trazer informações bem mais precisas sobre *quem* está fazendo a ABHO existir. Caso tal levantamento se realize, poderemos saber, por exemplo, se a associação é composta basicamente de historiadores desde suas bases – os associados – ou se tal concentração ocorre apenas em outro nível, em função de razões a serem bem pensadas.

No balanço realizado em 2007, já mencionado neste artigo, tal concentração disciplinar entre os autores da revista foi claramente notada. Naquele momento, 63,7% dos autores eram oriundos da área da história, enquanto 19,8% vinham das ciências sociais e apenas 7,7% da educação. Nessa oportunidade, contudo, foi possível cotejar esses percentuais com os dos participantes dos encontros nacionais. Feita a comparação, observou-se que nos encontros nacionais se mantinha a preponderância de historiadores, mas se alterava a distribuição das outras áreas disciplinares: ao contrário do que ocorria na revista, nos encontros a participação de educadores era maior que a de cientistas sociais.

De toda forma, cabe perguntar o que poderia explicar essa presença maciça de historiadores na revista. Uma hipótese a ser verificada é a de, além de serem eles a maioria absoluta de membros das diretorias, serem também a maioria de filiados a até de participantes dos encontros da ABHO. Afinal, existem associações com excelente grau de mobilização e organização em todas as áreas disciplinares das ciências sociais – de que são exemplos a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), a SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) –, como também na da educação e na do serviço social. Também existe um grande número de periódicos de qualidade que podem aceitar textos que trabalhem com a metodologia da história oral, mas cujas questões substantivas são afetas às áreas disciplinares que não a da história. Com escassez de recursos, por um lado, e crescentes custos de participação, por outro, poderia estar havendo uma seleção fina, quer para participar de encontros, quer para se filiar a associações, quer para escolher um periódico para publicar um artigo. Isso para não falar no Qualis Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que avalia o “lugar” da revista *História Oral*. Como deixei claro, essa revista sofreu descontinuidade entre 2008 e 2009, e com isso, obviamente, pode ter deixado de ser atraente para muitos autores, em especial os menos envolvidos com a associação.

Por fim, é fundamental fazer um tipo de observação que também foi realizada pelo texto de 2007. No Brasil, a ABHO exige de seus associados formação universitária, diferentemente do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos, onde associações semelhantes são compostas também por pesquisadores filiados a movimentos sociais ou ligados a empresas. Assim, valeria investigar melhor essa caracterização, buscando, por exemplo, informações mais recentes de associações de outros países, sobretudo na América Latina, cuja realidade nos é mais próxima.

Por conseguinte, o que estou ponderando é que a ABHO pode estar perdendo participantes de encontros, associados e também autores para sua revista devido a um contexto muito competitivo, tendo em vista o campo em que se organizam disciplinas como a antropologia, a sociologia, o serviço social etc. Ou seja, o fato de uma metodologia nos unir poderia funcionar como vantagem, mas igualmente como desvantagem, dependendo da força de atração da ABHO e da qualidade acadêmica de seu periódico. Fica aqui a sugestão para se pensar em mais essa questão, com bastante vagar e com mais elementos, pois ela é bem complexa.

Seguindo em meu levantamento de dados, como somos uma associação ligada pela prática de fazer entrevistas segundo procedimentos acordados nacional e internacionalmente, fui conferir que entrevistas foram publicadas na revista, até porque essa foi uma proposta inicial considerada estratégica pelo periódico.

Gráfico 9 – Presença de entrevistas na revista

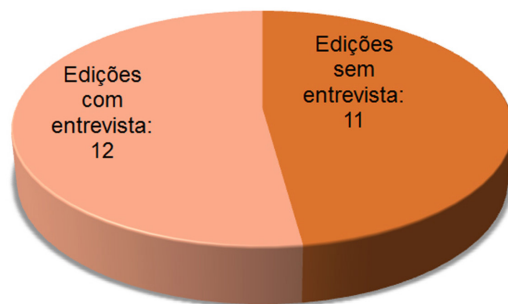
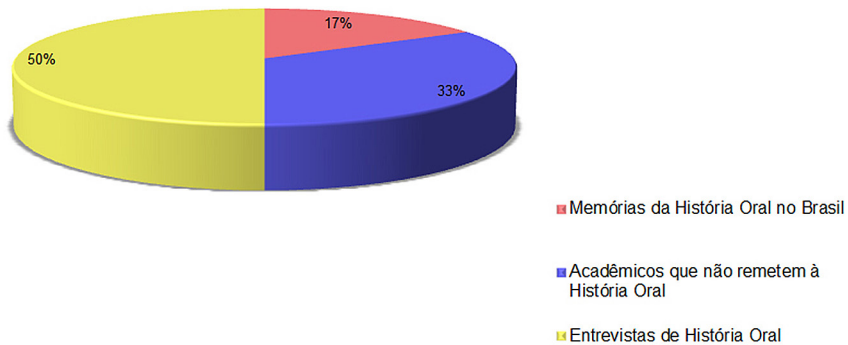


Gráfico 10 – Temática das entrevistas

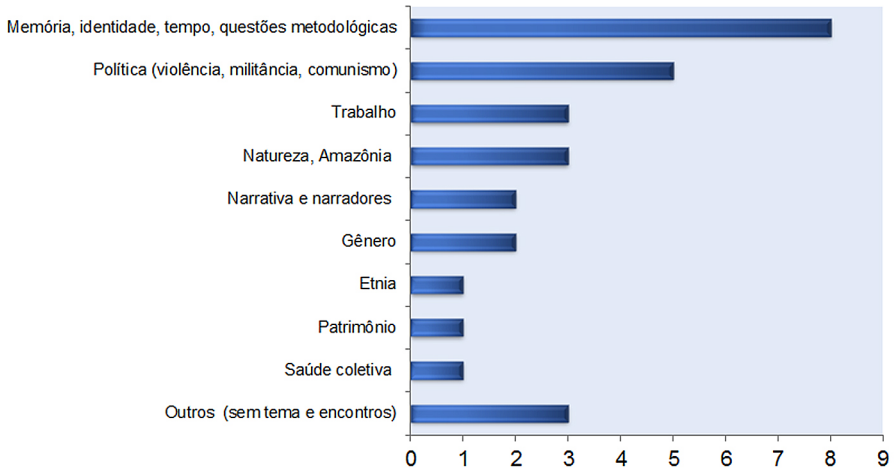


O resultado me surpreendeu. Em 23 números, 12 tinham entrevistas e 11 não, meio a meio. Considero pouco, já que tais entrevistas deveriam ocupar um espaço nobre na revista, dedicado a pôr os leitores em contato não só com importantes nomes da história oral do Brasil e do mundo, com também com importantes experiências de pesquisa que usaram a metodologia. Pelo menos esse era o objetivo quando a revista foi criada. Examinando que entrevistas eram essas, verifiquei que 50% delas eram realmente exemplos de entrevistas. Explicando melhor: eram depoimentos feitos com um mestre de capoeira, uma esportista etc. que mostravam, na prática, como se faz uma boa entrevista. Porém, não tinham como tema explícito uma reflexão sobre *como fazer* entrevistas. Os outros 50% se dividiam em dois tipos. Aquelas entrevistas feitas com acadêmicos, entre os quais historiadores como Jacques Revel e Luís Reis Torgal, que não se relacionam diretamente com a história oral, perfaziam 33% do total. Obviamente, o fato de serem historiadores que não usam a metodologia não tira nada do mérito e do valor das entrevistas, até porque a ABHO tem insistido, de forma geral, em explorar as relações entre teoria e metodologia, o que pode certamente ser bem explorado nesses casos. Os 17% restantes do total das entrevistas – parcela pequena, a meu ver – é que remetem à construção da memória da história oral no Brasil, e, marginalmente, fora do Brasil, na medida que exploram a experiência de historiadores que trabalham com história oral. Esse é o caso das entrevistas feitas com Aspásia Camargo, Mercedes Vilanova e Marieta de Moraes Ferreira, em 1999 e 2001. Ou seja, faz tempo.

Sei que qualquer tipo de classificação é arbitrária e que a que fiz com esse pequeno conjunto de entrevistas não foge à regra. Mesmo assim, entendo que ela pode ser útil, na medida em que mostra que a revista não manteve um investimento sistemático em publicar entrevistas, e não conseguiu fazer do espaço dedicado às entrevistas um “lugar de memória” para a história da ABHO e dos usos da metodologia da história oral dentro e fora do Brasil. Digo isso entendendo que essas entrevistas podem ser exemplares dos procedimentos da metodologia, constituindo um material privilegiado para se refletir criticamente sobre ela. Talvez, passados 20 anos, devêssemos pensar que, entre nós mesmos, há vários pesquisadores a entrevistar, tendo em vista diversas experiências de trabalho que usaram a metodologia e fizeram achados importantes para diversas disciplinas. Talvez, com 20 anos de estrada, possamos pensar em uma lista de entrevistados e entrevistadores muito estimulante para os próximos números da revista; ou seja, planejar a montagem de um conjunto de depoimentos que registre a memória de nossa experiência com a metodologia nesse espaço simbólico que é o periódico da ABHO.

Examinadas as entrevistas, passei a uma classificação dos temas dos dossiês da revista, para, em seguida, fazer o mesmo com todos os artigos do periódico, estivessem ou não nos dossiês; excluí apenas as resenhas de livros. Para os dois casos, foi necessário montar uma tipologia de temas com base na observação do que foi publicado, bem como do que foi indicado pelos títulos dos encontros regionais e nacionais. Propositamente, procurei elaborar uma tipologia diferente daquela proposta pelo artigo de 2007, aumentando e diversificando o número de temas. Naquele texto, os autores propunham três grandes divisões: artigos que tratavam das “camadas populares”, que foram os mais numerosos (42); os que se voltavam para os segmentos dominantes (13); e os que discutiam problemas de historiografia, teoria e metodologia (31). Essa classificação da produção estava ligada à visão de que a história oral devia se voltar para os atores que não produziam documentação textual e que, como se dizia, não eram priorizados pela academia; dessa forma, com o uso da história oral, podiam ganhar nova visibilidade e reconhecimento político-social. Além desses atores, não se devia descurar dos estudos que elegiam as elites – políticas, burocráticas e militares, por exemplo –, que também utilizavam muito essa metodologia. Como tal exercício já tinha sido feito, considerei que não precisava ser retomado sete anos depois. Começando pelos dossiês – nos quais, em certos casos, entendi ser necessário computar mais de um tema –, elaborei o gráfico a seguir.

Gráfico 11 – Incidência de temas nos dossiês da revista



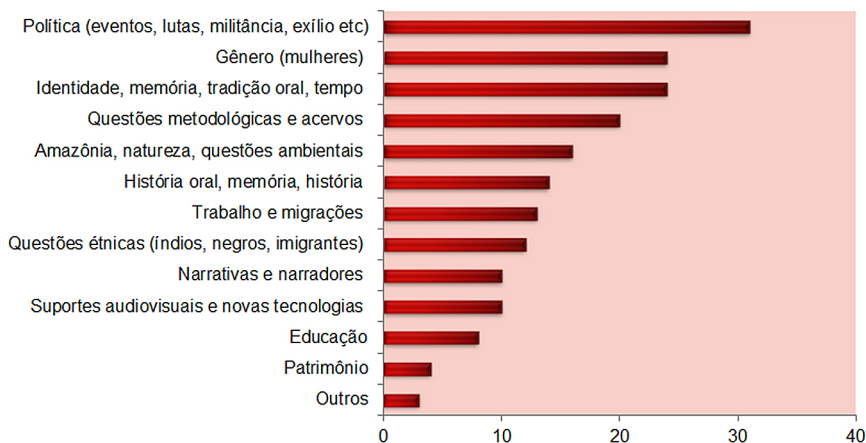
* Podem-se contar dois temas em um só dossiê. Ao todo são 24 números e 26 temas.

O tema mais frequente, com oito (8) dossiês, resulta da agregação de um conjunto que remete ao que se pode considerar a questão de fundo da metodologia da história oral: as relações entre história, memória, tempo e os processos de construção de identidades – que sempre se combinam, mais ou menos explicitamente, com o debate de questões metodológicas. A seguir, com quatro (4) dossiês, está o tema da política, igualmente produto do grupamento de várias questões, como a da violência e a da militância – que remetem diretamente às experiências autoritárias do Brasil e de outros países –, além do tema do comunismo – o que é interessante. Com três (3) dossiês cada, surgiram dois temas: os clássicos estudos sobre trabalho e trabalhadores, que marcaram o perfil da história oral internacionalmente, e um tema – digamos – novo, chamado de *natureza e Amazônia* por se dedicar aos debates sobre o meio ambiente. Imediatamente a seguir, com dois (2) dossiês, surgem outros dois temas bem visitados pela história oral: gênero e narrativa. Os demais temas estão em apenas um dossiê.

Uma rápida observação da revista por essa distribuição de dossiês constata que ela continuou a privilegiar os temas teóricos e metodológicos ligados à história oral, como em 2007. Evidentemente, isso não quer dizer que não exista esse tipo de preocupação em dossiês que contemplem outros

temas explicitamente; trata-se apenas de ponderar a ênfase e a oferta de textos. Vemos também, por um lado, que os temas do trabalho e de gênero não tiveram tanta força, mas, por outro lado, que cresceram em importância os artigos que tratam da política, sobretudo por seu laço com a militância e a violência ligadas aos regimes ditatoriais. Essa inflexão certamente está acompanhando a produção acadêmica das áreas da história e das ciências sociais no Brasil. Por fim, vale observar como os debates sobre meio ambiente – creio que praticamente inexistentes em 2007 – avolumaram-se, a ponto de gerar três dossiês. Enquanto isso, aqueles referentes à etnia parecem não ter aumentado tanto, a despeito das grandes mudanças e debates ocorridos nesta última década no Brasil. Essas ponderações só fazem sentido na medida em que a escolha do tema do dossiê de uma revista seja encarada como um produto tanto do que se faz em um campo de pesquisa, quanto do que os editores da revista desejam estimular em termos de reflexões consideradas estratégicas em determinado momento. Com alguns ajustes, o mesmo tipo de classificação foi aplicado aos artigos da revista, num total de 189, conforme o gráfico abaixo demonstra.

Gráfico 12 – Temática dos artigos da revista



* Foram considerados para esta análise dossiês e artigos publicados, no total de 189 textos. Entrevistas, resenhas e artigos especiais não estão contemplados.

O primeiro ponto a observar é que a distribuição dos temas dos artigos não replica aquela dos dossiês. Nesse sentido, o tema da política, que era o segundo em incidência nos dossiês, reforça-se muito quando observamos o número de artigos da revista: só esse tema reúne 31 textos. Do mesmo modo, se o tema do gênero teve dois dossiês, sua presença na parte de artigos livres da revista é absolutamente expressiva, a ponto de ser o segundo mais frequente, com 24 textos, ao lado dos temas identidade, memória, tradição oral e tempo. Já o tema trabalho, agrupado com o de migrações de trabalhadores, está, por esses indicadores, em recuo na revista, e talvez nas pesquisas que usam a metodologia. Avança, por sua vez, presença de temas como o das questões ambientais e dos suportes audiovisuais, ambos tendo recebido incentivos dos editores, por meio de dossiês e de uma espécie de nova seção.

O segundo ponto a se destacar é que a revista, pelos temas de seus artigos, efetivamente contemplou o que se pode chamar de questões teóricas e metodológicas que envolvem a história oral. Se no gráfico essas questões estão separadas por subtemas – para uma melhor visualização e especificação do que se publica dentro do grande tema –, o agrupamento dessas variações evidencia a importância da revista para quem deseja saber *o que é e como praticar bem* a metodologia. Juntos, os temas identidade, memória, tradição oral e tempo reúnem 24 artigos; questões metodológicas e acervos, 20; história oral, memória e história, 14; narrativas e narradores, 10. Esse grande tema, portanto, perfaz um montante de 68 artigos, num total geral de 118 – desprezando-se os que foram classificados como “outros” –, o que equivale a um percentual maior do que 50%.

Tal concentração é congruente com as temáticas dos encontros nacionais e regionais de forma geral, como já havia sido assinalado no artigo de 2007. Até essa data, inclusive, verificou-se que 51% dos trabalhos apresentados em encontros nacionais – o que chegava a 141 comunicações – envolviam os temas historiografia, teoria e metodologia. Ou seja, pode-se imaginar que se até 2013 a revista continuou a publicar predominantemente esse tipo de grande tema, foi porque, muito provavelmente, ele continuou a crescer em apresentações nos encontros da ABHO – ao menos essa é uma das hipóteses que se pode considerar e testar.

Por fim, chama a atenção – reiterando o que já se tinha observado quanto à pequena participação de pesquisadores ligados à área da educação na ABHO – a quase irrelevante presença de artigos sobre história oral

e educação. Considerando-se que os historiadores – como se viu, a maioria absoluta dos autores da revista – têm se dedicado mais sistematicamente a pensar os vínculos entre história, historiografia e ensino de história na escola e fora dela, e considerando-se que a metodologia da história oral é uma ferramenta conhecida e utilizada por pesquisadores na área da educação, fica esse alerta fornecido pelos dados. Quer dizer, ficam as perguntas: Para onde vão as reflexões que estão sendo elaboradas a respeito dos usos da história oral na educação e, em particular, no ensino de história? Vão para outros periódicos? Ou essa é uma suposição equivocada e, na verdade, não existem tantas reflexões sobre essa questão? Nesse caso, por que não existem? E o que fazer para que existam e apareçam mais em nossa revista?

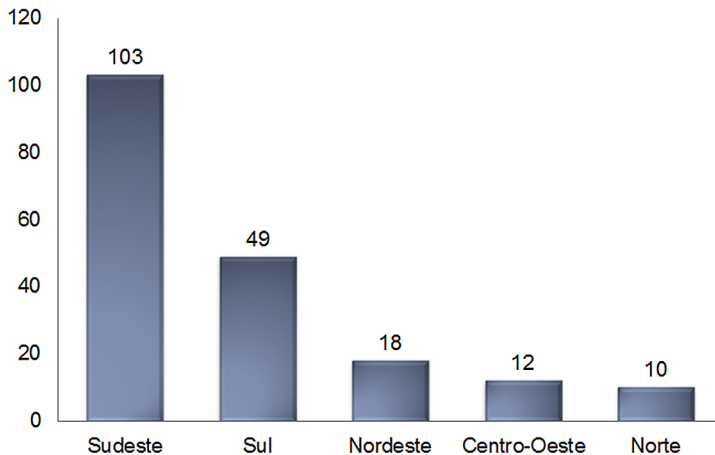
Concluindo o exame desses dois gráficos e, em especial, atentando para a grande e qualificada produção publicada na revista a respeito de variados temas que abarcam questões teóricas e metodológicas da história oral, não pude deixar de fazer um questionamento. Por que, apesar da ABHO cumprir seu papel de disseminar quais são os procedimentos considerados mais adequados e compartilhados para se fazer o que chamamos de entrevistas de história oral, vejo (vemos) sistematicamente, nos encontros regionais e até nacionais, comunicações que pecam em pontos básicos da metodologia? Como explicar a apresentação de trabalhos que demonstram claramente não saber exatamente o que é uma fonte oral, ou como produzir um depoimento de forma correta, ou ainda como proceder à sua transcrição sem desrespeitar o que o depoente disse? Mais grave ainda, como explicar a apresentação de comunicações que simplesmente não trabalham com a metodologia e que não deviam ser submetidas aos encontros da ABHO (e, no caso de submissão, deviam ser recusadas por inadequação)?

Consideradas as diversidades presentes e necessárias em qualquer campo do conhecimento, sabemos que a ABHO, ao longo desses 20 anos, conseguiu estabelecer regras procedimentais aceitas pelos praticantes da história oral, algo que não foi fácil e a que precisamos dar muito valor. Então, por que a sensação é, muitas vezes, a de que caminhamos pouco? Se tal observação tem algum fundamento, o que devemos fazer além de continuar publicando na revista *História Oral*? Que outras estratégias e mídias a ABHO pode utilizar? Seria interessante repensar como está realizando seus encontros e, particularmente, selecionando comunicações e compondo mesas redondas? Seria útil responder de forma mais incisiva às questões fundamentais da metodologia, por exemplo, no site, por meio de

uma janela de “consultas de um pesquisador interessado”? Seria bom organizar, a exemplo de outras associações, um concurso de teses e dissertações em que as fontes orais fossem privilegiadas e uma reflexão frutífera sobre elas, explícita ou implícita, estivesse presente?

Também procurei saber, a exemplo do que foi feito em 2007, de que regiões vinham os artigos de *História Oral*. Naquela oportunidade, de um total de 91 artigos, 67% vinham do Sudeste. Com dois dígitos, mas muito abaixo, estavam as regiões Nordeste (12%) e Sul (11%). Com um dígito, encontravam-se o Centro-Oeste e o Norte, com 5,5% e 4,4% dos artigos, respectivamente.

Gráfico 13 – Regiões dos autores publicados pela revista



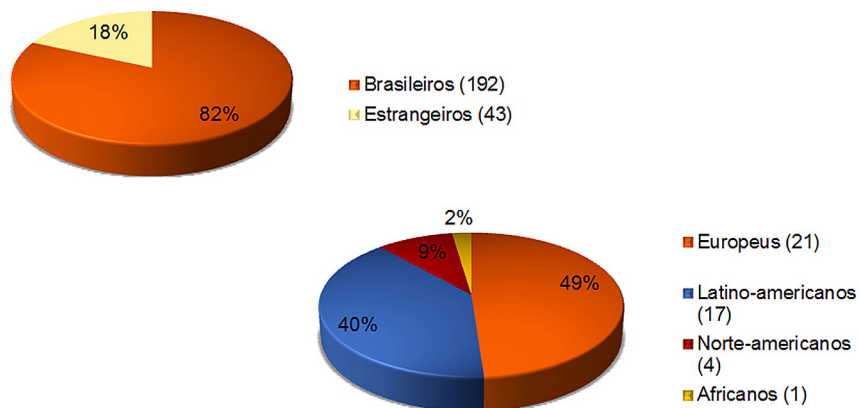
* Esta análise contempla os autores nacionais publicados nas seções de Dossiês e Artigos. Entrevistas, resenhas e artigos especiais não estão incluídos.

Em 2013, o percentual do Sudeste abaixou, mas não tanto, pois de 189 textos, 103 (54,5%) ainda vêm dessa região. Cresceu bastante a participação do Sul, responsável por 49 textos (ou 25,9%). Quer dizer, o Sudeste e o Sul juntos respondem por 80% do total de textos publicados. Pode-se dizer que também houve aumento da participação das regiões Centro-Oeste, que passou a deter 6,3%, Norte, com 5,2%. Já a região Nordeste teve um decréscimo, passando a corresponder a 9,5% dos artigos publicados. Ou seja, de forma geral, a distribuição por regiões está menos concentrada, mas a contribuição do Sudeste ainda é muito grande. Não quero, contudo, dar

a entender que isso é um mal em si mesmo, até porque reconheço que há um esforço das editorias de *História Oral* para diversificar as autorias por instituições – o que inclui a variável região –, até mesmo para que o periódico tenha uma boa avaliação no Qualis da Capes e participe do Scielo, por exemplo. Essa distribuição está relacionada com um conjunto de outros dados, além do recorte incluir o período de implantação da metodologia no Brasil, quando o Sudeste teve um papel decisivo por meio de várias instituições do eixo Rio-São Paulo.

Também visando diversificar a autoria de artigos, os editores buscaram textos de autores estrangeiros com os quais diversos membros da ABHO mantêm contatos – até mesmo pela forte inserção do Brasil na Associação Internacional de História Oral. Alguns desses autores visitaram o Brasil e proferiram palestras em várias universidades. Sua presença no periódico é, portanto, indicativa dos diversos laços que unem a ABHO a pesquisadores importantes internacionalmente na área da história oral.

Gráfico 14 – Autores estrangeiros



* Esta análise contempla os autores publicados nas seções de Dossiês e Artigos. Entrevistas, resenhas e artigos especiais não estão incluídos.

Autores estrangeiros são 18% dos colaboradores da revista, o que, a meu ver, é um excelente percentual. Entre eles, a maioria é de europeus e latino-americanos, o que não é nenhuma surpresa. O pequeno número de norte-americanos

sem dúvida tem a ver com as características da produção de história oral nos Estados Unidos, mas também com as redes de sociabilidade intelectual que os pesquisadores da ABHO construíram ao longo destes 20 anos.

Para finalizar, insisto que estas reflexões pretendem ser apenas um estímulo, já que são fundadas nos dados quantitativos mais facilmente disponíveis. Sua intenção é nos fazer pensar mais no presente da ABHO e em seu futuro, neste ano tão simbólico para a história oral no Brasil.

Referências

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz; CPDOC/Fundação Getulio Vargas, 2000.

PEREIRA NETO, André de Faria; MACHADO, Bárbara Araújo; MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998/2008)*. *História Oral*, v. 10, n. 2, p. 113-126, jul./dez. 2007.

Resumo: Em 1994, como produto de esforços de profissionais de várias disciplinas por mais uma década, formou-se a Associação Brasileira de História Oral (ABHO). A mobilização e organização de seus praticantes por meio dessa associação foi decisiva para o fortalecimento dos argumentos que defendiam sua especificidade e valor e, no mesmo movimento, conformavam práticas de pesquisa que demarcavam o que seria conhecido como metodologia de história oral no Brasil. Esse trabalho demandou intensos debates e um consistente grau de concordância em questões fundamentais para que um resultado respeitável fosse produzido. Em 2014, portanto, a ABHO faz 20 anos. Nesse momento especial, o presente artigo tem como objetivo realizar um balanço para entender melhor como a ABHO tem existido ao longo dessas duas décadas. Para tanto, investe em um diagnóstico de suas forças e fraquezas, conhecimento necessário para traçar planos para seguir em frente com vitalidade.

Palavras-chave: ABHO, metodologia de história oral, associações científicas.

Brazilian Association of Oral History, 20 years later: What are we? What do we want to be?

Abstract: In 1994, as a result of the efforts of professionals of various areas during over a decade, the Brazilian Association of Oral History (ABHO) was created. The mobilization and organization of its participants through this association was decisive for the strengthening of the arguments that defended its specificity and value and, in the same movement, shaped research practices that demarcated what would be known as methodology of Oral History in Brazil. That work demanded intense debates and a consistent level of agreement concerning fundamental

issues so that a respectable result could be produced. In 2014, the ABHO completes 20 years of existence. In this special moment, the present article aims to conduct an assessment in order to better understand how the ABHO has existed throughout these two decades. For that, this paper diagnoses its strengths and weaknesses, a necessary knowledge in order to make plans and move forward with vitality.

Keywords: ABHO, methodology of Oral History, scientific associations.

Recebido em 10/05/2014

Aprovado em 27/07/2014